

Governo vai enfrentar o Congresso de novo

O Congresso Nacional discute a partir de hoje uma nova política salarial com base na prefixação, sugerida por trabalhadores e empresários na mesa do entendimento nacional. O esforço concentrado, que deveria começar ontem fracassou no primeiro dia. E não houve uma única votação. A única convergência entre os parlamentares é que uma nova política tem de ser aprovada até o dia 15, quando o Congresso entra em recesso. A Medida Provisória 273 perde a validade no próximo dia 29 e a sua reedição tornaria obrigatória a convocação dos parlamentares durante as férias. "Ninguém virá e será o desastre", advertiu o líder do PDS, deputado Amaral Neto.

Os principais líderes de partidos que apoiam o governo não concordam, porém, com o princípio da prefixação. "O presidente Fernando Collor pede a Deus que surja uma fórmula que não inviabilize o plano econômico e prefixar a salários significa uma brutal indexação", afirmou o líder do PFL, deputado Ricardo Fiúza. "Votarei contra a prefixação", antecipou-se o deputado Gastone Righi, líder do PTB.

Os líderes partidários receberam no final da tarde a proposta levada ao entendimento nacional por trabalhadores e empresários. "Agora o entendimento chegou ao foro adequa-

do", saudou o líder do PMDB, deputado Ibsen Pinheiro, disposto a modificar o projeto do partido, que prevê o repasse automático aos salários toda vez que a inflação atingir 15%. "São idéias genéricas e isso não poderá impedir a nossa ação", avaliou o líder do PT, deputado Gumercindo Milhomen.

O boletim de votações feito pela liderança do PSDB ontem foi de um otimismo sem igual para um início de esforço concentrado. Relacionou a apreciação das três Medidas Provisórias que hoje perdem a validade — a que institui a Fundação Nacional de Saúde, a da prestações da casa própria e a que inclui entre as competências do Instituto Nacional de Seguro Social a execução de programas e atividades do governo federal na área de trabalho. Além do exame aos 32 vetos do Presidente da República e mais a votação de cinco projetos de lei na sessão do Congresso.

A votação do orçamento da União vai centralizar a preocupação do governo nas votações do esforço concentrado, disse ontem o líder do PRN na Câmara, Arnaldo Faria de Sá, ao convocar os 230 deputados afinados com o governo para a sessão de ontem. A oposição tentará forçar o exame de matérias que o Planalto quer adiar e vice-versa.



José Paulo Lacerda/AE

Deputados no Congresso:
política econômica na pauta do
esforço concentrado.